

SUMÁRIO

1	PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTO COMUM.....	49
1.1.	Acepções básicas do processo de conhecimento.....	49
1.1.1.	Processo de conhecimento e procedimento	51
1.2.	A divisão do procedimento comum do processo de conhecimento em primeiro grau em fases	53
1.2.1.	Fase postulatória.....	54
1.2.2.	Fase saneadora ou ordinatória.....	54
1.2.3.	Fase probatória ou instrutória	55
1.2.4.	Fase decisória.....	56
1.2.5.	Excepcionalidades: a adoção de técnicas de sumariada cognitiva	56
1.2.5.1.	A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente.....	57
1.2.5.2.	Improcedência liminar do pedido	59
1.2.5.3.	Julgamento antecipado de mérito	60
2	PETIÇÃO INICIAL.....	61
2.1.	Conceito	61
2.2.	Os requisitos da petição inicial.....	62
2.2.1.	Os requisitos intrínsecos	63
2.2.1.1.	O juízo a que é dirigida	63
2.2.1.2.	Qualificação das partes	63
2.2.1.3.	A causa de pedir: o fato e os fundamentos jurídicos do pedido	67
2.2.1.4.	O pedido com as suas especificações	74
2.2.1.5.	O valor da causa	76
2.2.1.6.	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	78
2.2.1.7.	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação	79
2.2.1.8.	A regularidade formal da petição inicial	81

2.2.2.	Requisitos extrínsecos	81
2.2.2.1.	Os documentos necessários para o protocolo da petição inicial.....	81
2.2.2.1.1.	Documentos para a validade e regularidade do processo.....	82
2.2.2.1.2.	Documentos para a instrução probatória da causa de pedir.....	83
2.3.	Pedido	84
2.3.1.	A relação do pedido com os elementos da demanda	85
2.3.2.	Pedido imediato e pedido mediato.....	87
2.3.3.	A certeza, a determinação e a coerência do pedido	89
2.3.4.	Espécies diversas de pedido.....	90
2.3.4.1.	Pedido genérico.....	90
2.3.4.2.	O pedido de prestações sucessivas.....	91
2.3.4.3.	Pedido implícito	92
2.3.4.4.	Pedido alternativo	93
2.3.4.5.	Pedido relativo a obrigação indivisível.....	94
2.3.5.	Os limites do pedido: o princípio da adstrição, congruência e correlação	94
2.3.6.	A interpretação do pedido	97
2.3.7.	O pedido como início da definição do objeto do processo	101
2.3.7.1.	O processo objetivamente simples: um só pedido principal entre somente um autor e um réu.....	102
2.3.7.2.	O processo objetivamente complexo: cumulação de pedidos ou partes	103
2.3.7.2.1.	Complexidade objetiva por cumulação de pedido.....	104
2.3.7.2.1.1.	Requisitos da cumulação de pedidos.	106
2.3.7.2.1.2.	Espécies de cumulação de pedidos	110
2.3.7.2.1.2.1.	A cumulação própria.....	110
2.3.7.2.1.2.1.1.	Cumulação simples	111
2.3.7.2.1.2.1.2.	Cumulação sucessiva.....	112
2.3.7.2.1.2.2.	A cumulação imprópria	113
2.3.7.2.1.2.2.1.	Cumulação eventual ou subsidiária.....	114
2.3.7.2.1.2.2.2.	Cumulação alternativa	116
2.3.7.2.2.	A possibilidade do processo objetiva e subjetivamente complexo: litisconsórcio.....	117
2.3.7.2.3.	Os momentos processuais para a cumulação	119

2.3.7.2.3.1.	A cumulação inicial: na petição inicial	119
2.3.7.2.3.2.	A cumulação ulterior: em momento posterior à petição inicial	120
2.3.7.2.3.2.1.	O aditamento da petição inicial e a possibilidade de ampliação do objeto litigioso do processo pelo autor..	120
2.3.7.2.3.2.2.	O aditamento da petição inicial e a possibilidade de redução do objeto litigioso do processo pelo autor	122
2.3.7.2.3.2.3.	A possibilidade de alteração do pedido e modificação do objeto litigioso do processo	122
3	MANIFESTAÇÕES DO JUÍZO PERANTE A PETIÇÃO INICIAL.....	125
3.1.	A conclusão da petição inicial para o juízo e a análise perfunctória: o deferimento da petição inicial ou outras condutas.....	125
3.2.	Análise oficiosa de vícios possíveis do juízo ou do juiz: a análise oficiosa da competência e do impedimento/suspeição	126
3.3.	Emenda à petição inicial	127
3.4.	Indeferimento da petição inicial	130
3.4.1.	A inépcia da petição inicial.....	131
3.4.2.	A falta de interesse processual ou legitimidade das partes.....	135
3.4.3.	A não menção da atuação em causa própria do advogado autor	135
3.4.4.	O indeferimento por não atendimento aos requisitos da petição inicial	136
3.4.5.	O indeferimento parcial da petição inicial	137
3.4.6.	O indeferimento da petição inicial e o recurso cabível	137
3.5.	Improcedência liminar do pedido	138
3.5.1.	Características da improcedência liminar do pedido	139
3.5.2.	Requisitos para a improcedência liminar do pedido.....	140
3.5.3.	Hipóteses de improcedência liminar do pedido	141
3.5.3.1.	A improcedência liminar do pedido por pedido contrário a solução jurídica firmada em precedente judicial vinculante	141
3.5.3.2.	A improcedência liminar do pedido por ocorrência de prescrição e decadência.....	145
3.5.4.	A fundamentação da decisão de improcedência liminar do pedido.....	146
3.5.5.	Os impactos da improcedência liminar do pedido para o réu, o recurso cabível e a possível retratação do juízo	148
3.5.6.	O devido processo legal e a improcedência liminar do pedido	149

3.5.7.	Improcedência liminar do pedido parcial	150
3.6.	Análise de eventual requerimento de tutela provisória.....	151
4	CITAÇÃO	153
4.1.	Conceito geral de citação	153
4.1.1.	A citação como consequência do juízo de admissibilidade preliminar positivo da petição inicial	154
4.1.2.	A citação e a sua relação como pressuposto processual: entre validade e existência	155
4.2.	Efeitos da citação.....	158
4.2.1.	Efeitos processuais	158
4.2.1.1.	Induz a litispendência para o réu.....	158
4.2.1.2.	Tornar litigiosa a coisa ou o objeto litigioso do processo.....	159
4.2.1.3.	A preclusão do aditamento e alteração da petição inicial pelo autor.....	160
4.2.1.4.	A irradiação dos efeitos mesmo em citação determinada por juízo incompetente.....	160
4.2.2.	Efeitos materiais	160
4.2.2.1.	Constituição em mora.....	160
4.2.2.2.	A relação da determinação judicial pela citação com a interrupção da prescrição.....	162
4.3.	Características da citação	164
4.3.1.	Pessoalidade.....	164
4.3.1.1.	A personalidade no litisconsórcio passivo	166
4.3.2.	O local da citação	167
4.3.3.	Impedimentos para a citação.....	167
4.3.4.	Comandos agregados à citação	168
4.4.	As espécies de citação	169
4.4.1.	Citação por meio eletrônico	169
4.4.2.	A citação pelo Correio.....	172
4.4.3.	Citação por oficial de justiça.....	175
4.4.4.	Citação por mandado por hora certa	176
4.4.5.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	178
4.4.6.	Citação por edital.....	179
4.4.7.	Comparecimento espontâneo do réu ao processo.....	181
4.4.8.	A desnecessidade de citação	183
5	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	185
5.1.	Conceito	185
5.1.1.	Os princípios da autocomposição: conciliação e mediação	186
5.2.	Características.....	187

5.2.1.	O rito para sua realização.....	187
5.2.2.	A possibilidade de nova sessão da audiência	189
5.2.3.	A diferença entre conciliação e mediação.....	189
5.2.4.	O conciliador ou mediador como realizadores da audiência....	190
5.2.5.	A multa por não comparecimento na audiência.....	191
5.2.6.	A participação das partes e dos advogados	192
5.2.7.	A dispensa da realização da audiência de conciliação ou mediação.....	193
6	A RESPOSTA DO RÉU	197
6.1.	A resposta do réu como uma exceção: teoria da exceção	197
6.1.1.	A exceção vista como todo meio de defesa processual	199
6.1.2.	A exceção como matéria específica de defesa: a matéria de direito processual e a matéria de direito material	199
6.1.3.	A diferença entre exceção e objeção como defesas.....	201
6.2.	A defesa como matéria e as espécies possíveis	203
6.2.1.	A defesa entre admissibilidade e mérito: ou processual e material	204
6.2.2.	A defesa dentro da admissibilidade: entre dilatória e peremptória.....	205
6.2.3.	A defesa de mérito: direta e indireta.....	206
6.2.4.	A defesa no aspecto de formação processual: interna ou instrumental.....	207
6.3.	Atitudes do réu no processo: o termo resposta do réu.....	208
6.3.1.	A contestação como a peça de defesa do réu.....	209
6.3.2.	Características argumentativas da contestação	210
6.3.2.1.	O princípio da eventualidade ou da concentração da defesa no momento da contestação	210
6.3.2.2.	Ônus da impugnação específica.....	213
6.3.2.2.1.	As consequências da falta de impugnação específica dos fatos na contestação	214
6.3.2.2.2.	As exceções legais ao ônus da impugnação específica	215
6.3.2.3.	As matérias possíveis dentro das espécies de defesa internas da contestação.....	216
6.3.2.3.1.	As matérias impugnativas como preliminares processuais do art. 337 do CPC: defesas sobre a admissibilidade do processo	217
6.3.2.3.1.1.	A alegação de inexistência ou nulidade da citação	218
6.3.2.3.1.2.	A alegação de incompetência absoluta e relativa.....	220

6.3.2.3.1.2.1.	A possibilidade da distribuição da contestação no juízo de domicílio do réu	221
6.3.2.3.1.2.2.	A possibilidade de suscitar a competência adequada na contestação..	222
6.3.2.3.1.3.	A alegação de incorreção do valor da causa	223
6.3.2.3.1.4.	A alegação de inépcia da petição inicial	225
6.3.2.3.1.5.	A alegação de pressupostos processuais negativos	226
6.3.2.3.1.5.1.	Perempção.....	227
6.3.2.3.1.5.2.	Coisa julgada	228
6.3.2.3.1.5.3.	Litispêndência	228
6.3.2.3.1.6.	A alegação de conexão e continência.	229
6.3.2.3.1.7.	A alegação de incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização	230
6.3.2.3.1.8.	A alegação de ausência de legitimidade e interesse processual	231
6.3.2.3.1.8.1.	A nova forma de alegação de ilegitimidade passiva e a possibilidade de correção do polo passivo e a faculdade do autor sobre a correção: arts. 338 e 339 do CPC.....	232
6.3.2.3.1.9.	A alegação de convenção de arbitragem	235
6.3.2.3.1.10.	A alegação de falta de caução.....	238
6.3.2.3.1.11.	A impugnação à concessão do benefício da justiça gratuita	238
6.3.2.3.1.12.	A necessidade de contraditório e primazia ao julgamento com resolução do mérito sempre que possível	239
6.3.2.3.2.	As matérias impugnáveis como prejudiciais de mérito	240
6.3.2.3.3.	As matérias impugnáveis como mérito.	241
6.3.2.3.4.	As matérias impugnáveis em momentos posteriores à contestação: art. 342 do CPC.....	242
6.3.2.3.5.	A defesa complexa em resposta a uma petição inicial com a formação de um processo objetivamente complexo	243
6.4.	Formato da contestação e demais regras.....	244

6.4.1.	O prazo da contestação e sua contagem.....	244
6.4.2.	Aditamento e indeferimento da contestação.....	246
6.4.3.	A formação dos pedidos da contestação.....	246
6.4.4.	Interpretação da contestação.....	247
6.4.5.	O momento de produção de provas: geral ou específico.....	248
6.4.6.	O requerimento de intervenção de terceiros.....	248
6.5.	A ampliação do objeto litigioso do processo.....	248
6.5.1.	Reconvenção.....	248
6.5.1.1.	A transformação da reconvenção em uma matéria interna da contestação.....	249
6.5.1.2.	Requisitos para a reconvenção.....	250
6.5.1.3.	Formalidades para a reconvenção.....	253
6.5.1.4.	A análise perfunctória da reconvenção e a intimação para a contestação à reconvenção.....	254
6.5.1.5.	A resposta da reconvenção passa a ser a réplica à contestação.....	255
6.5.1.6.	A possibilidade de reconvenção da reconvenção.....	255
6.5.1.7.	A tramitação das fases saneadora e probatória em conjunto com a demanda principal.....	256
6.5.1.8.	A decisão da reconvenção: entre a unidade da sentença e a decisão parcial.....	256
6.5.1.9.	A reconvenção como ampliação do processo.....	257
6.5.1.9.1.	A ampliação objetiva: o aumento de pedidos a serem julgados.....	257
6.5.1.9.2.	A ampliação subjetiva: a possibilidade inclusão de terceiro na reconvenção.....	258
6.5.1.10.	A possibilidade de protocolo da reconvenção sem apresentar a contestação: peça autônoma de reconvenção.....	259
6.5.1.10.1.	A reconvenção proposta fora da contestação: quais as atitudes possíveis?.....	260
6.5.1.11.	A revelia do autor na reconvenção.....	261
6.5.1.12.	A desistência e a reconvenção: autonomia entre as demandas – principal e reconvinte.....	261
6.5.1.13.	A reconvenção do substituto processual.....	262
6.5.1.14.	A reconvenção como possível ação eventual e subsidiária: a reconvenção <i>ad cautelam</i>	262
6.5.2.	O pedido contraposto.....	263
6.5.3.	A formação de títulos judiciais invertidos no pedido contraposto, na reconvenção e nas ações dúplices.....	264
7	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES PÓS FASE POSTULATÓRIA.....	267
7.1.	Conceito.....	267

7.2.	Os desdobramentos processuais possíveis como providências preliminares	269
7.3.	As diferenças entre as providências preliminares	270
7.3.1.	As providências preliminares de sanabilidade e a busca pela primazia ao julgamento de mérito.....	270
7.3.2.	As providências preliminares como resoluções incidentais	272
7.3.3.	As providências preliminares de desdobramento processual para o juízo de mérito.....	273
7.3.4.	A possibilidade de interligação das providências preliminares diretamente com a fase decisória	274
8	REVELIA.....	275
8.1.	Conceito	275
8.1.1.	O fluxo do prazo de resposta sem manifestação e a análise do juízo sobre a atitude do réu.....	276
8.2.	Efeitos da revelia: as consequências materiais e processuais.....	277
8.2.1.	O efeito material da revelia	277
8.2.1.1.	A ocorrência da revelia com presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor.....	278
8.2.1.2.	A revelia com o efeito material da presunção de veracidade não significa automaticamente vitória do autor e derrota do réu: as possibilidades de improcedência do autor mesmo com revelia e presunção de veracidade.....	279
8.2.1.3.	A possibilidade de contraprova do réu sobre os fatos alegados pelo autor.....	280
8.2.1.4.	A possibilidade de alegar matérias de direito mesmo revel, nos moldes do art. 342 do CPC.....	281
8.2.1.5.	A presunção de veracidade dos fatos pode ser afastada pelo julgador à luz das provas existentes.....	282
8.2.1.6.	A não subsunção do direito alegado como consequência dos fatos narrados pelo autor.....	283
8.2.1.7.	A ocorrência da revelia sem a incidência da presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor.....	283
8.2.1.8.	A possibilidade de presunção de veracidade dos fatos sem a ocorrência de revelia	289
8.2.1.9.	A necessidade de produção de provas dos fatos narrados pelo autor mesmo com o réu revel pela não incidência dos efeitos materiais da revelia	289
8.2.1.10.	Situações diferenciadas: esvaziamento dos efeitos materiais na ação rescisória, mandado de segurança e desapropriação	290
8.2.1.10.1.	A revelia e a ação rescisória	290

8.2.1.10.2.	A revelia e o mandado de segurança	291
8.2.1.10.3.	A revelia e a ação de desapropriação	294
8.2.2.	Efeitos processuais decorrentes da revelia	295
8.2.2.1.	A fluência do prazo do réu revel: as possibilidades previstas do efeito processual da revelia.....	295
8.2.2.2.	Intervenção do réu revel: entre o réu já habilitado e a possibilidade do réu se habilitar posteriormente à revelia.....	296
8.2.2.3.	A preclusão da alegação das matérias de defesa	297
8.2.2.4.	As consequências processuais do efeito material da revelia: possibilidade de julgamento antecipado do mérito pelo art. 355, II do CPC	298
8.2.2.5.	A desnecessidade do desentranhamento da contestação apresentada intempestivamente	299
8.3.	Considerações gerais sobre a revelia.....	300
8.3.1.	A alteração do objeto litigioso do processo pelo autor com réu revel: art. 329, II do CPC.....	300
8.3.2.	A revelia como impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental: art. 503, §1º, II do CPC.....	300
8.3.3.	Revelia e a reconvenção.....	302
8.3.3.1.	A revelia pela não apresentação de contestação e apresentação somente de reconvenção	302
8.3.3.2.	Revelia do autor na reconvenção	303
9	RÉPLICA.....	305
9.1.	Conceito	305
9.2.	A análise judicante sobre a apresentação da contestação e as suas possibilidades.....	306
9.2.1.	A réplica pela alegação do réu de preliminar processual constante no art. 337 do CPC	307
9.2.2.	A alegação específica de ilegitimidade passiva e a réplica disposta no art. 338 do CPC.....	308
9.2.3.	A réplica pela alegação do réu de fatos novos, com modificação, extinção ou impedimento do direito do autor	309
9.2.4.	A réplica pela alegação do réu com a juntada de documentos pelo réu na sua contestação	312
9.2.5.	A réplica pela existência de pedido de reconvenção na contestação do réu: a réplica como veículo da contestação à reconvenção.....	313
9.2.6.	A possibilidade de réplica a réplica: a tréplica	314
9.2.7.	As regras da contestação e o diálogo da réplica com as mesmas regras.....	315

9.2.8.	As nulidades possíveis da não oportunização da réplica.....	317
10	JULGAMENTOS CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	319
10.1.	Conceito	319
10.2.	O julgamento conforme o estado do processo como uma antecipação da sentença.....	321
10.2.1.	O julgamento conforme o estado do processo e a relação com a resolubilidade fática	321
10.2.2.	O julgamento antecipado como um dever do juízo	322
10.3.	A extinção do processo pelo julgamento conforme o estado do processo.....	323
10.3.1.	A existência de vícios processuais para a extinção do processo	324
10.3.2.	A sanabilidade possível de alguns vícios e a primazia ao julgamento de mérito: art. 352 do CPC.....	325
10.3.3.	A extinção do processo em vícios sanáveis somente em razão da inércia do autor: o art. 352 do CPC como antecedente do art. 354 do CPC	326
10.3.4.	A existência de vícios insanáveis e a extinção do processo: o art. 354 do CPC.....	327
10.3.5.	A extinção do processo conforme o estado do processo: um diálogo do art. 354 com o art. 485, ambos do CPC.....	328
10.3.6.	Os julgamentos de mérito constantes no art. 354 do CPC: art. 487, II e III, do CPC	330
10.4.	O julgamento antecipado do mérito.....	332
10.4.1.	A necessidade de disposição legal para um julgamento antecipado de mérito	332
10.4.2.	A desnecessidade de dilação probatória como base para a antecipação do julgamento de mérito.....	333
10.4.2.1.	O julgamento antecipado pela desnecessidade de produção de outras provas: art. 355, I do CPC.....	333
10.4.2.2.	O julgamento antecipado pela revelia com efeito material e o não requerimento de provas: art. 355, II do CPC	336
10.4.3.	A necessidade de decisão-alerta para o julgamento antecipado do mérito	337
10.4.4.	A fundamentação decisória dos motivos da antecipação do mérito	339
10.5.	O julgamento parcial conforme o estado do processo	340
10.5.1.	Os julgamentos totais e parciais	341
10.5.2.	O julgamento parcial como consequência do fracionamento decisório: os requisitos para a decisão parcial.....	341
10.5.3.	A definição da decisão parcial – com ou sem mérito – como decisão interlocutória	344

10.5.3.1.	A construção da decisão parcial nos mesmos moldes da sentença	345
10.5.3.2.	A decisão parcial construída com outro momento decisório	345
10.5.4.	A extinção parcial: a decisão parcial sem resolução de mérito.	346
10.5.5.	O julgamento parcial de mérito: a decisão parcial com resolução de mérito	349
10.5.5.1.	A decomponibilidade do pedido como um modo de complexidade objetiva do processo e a decisão parcial de mérito.....	354
10.5.5.2.	A prescrição e decadência e a decisão parcial: a decisão que acolhe ou rejeita as alegações.....	355
10.5.6.	Os impactos da decisão parcial nos desdobramentos processuais.....	356
10.5.6.1.	Decisão parcial e o custo do processo	356
10.5.6.2.	Decisão parcial e a recorribilidade.....	357
10.5.6.3.	Decisão parcial e a remessa necessária.....	359
10.5.6.4.	Decisão parcial e a coisa julgada	360
10.5.6.5.	Decisão parcial e a estabilidade de questões processuais decididas	361
10.5.6.6.	Decisão parcial e a ação rescisória	362
10.5.6.7.	Decisão parcial e liquidação de sentença	365
10.5.6.8.	Decisão parcial e cumprimento de sentença	366
10.5.6.9.	Decisão parcial e suspensão por repetitivo.....	368
11	SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	371
11.1.	Conceito	371
11.2.	O saneamento por todo o processo e a concentração nessa fase	372
11.2.1.	A realização do saneamento e organização do processo somente em hipóteses de não incidência de julgamento conforme o estado do processo	373
11.2.2.	O saneamento e organização do processo como uma decisão interlocutória	373
11.3.	A importância da prolação da decisão de saneamento e organização do processo	374
11.4.	O conteúdo e atividades processuais do saneamento e organização do processo	375
11.4.1.	O conteúdo múltiplo da decisão de saneamento e organização do processo e o impacto na recorribilidade.....	382
11.4.2.	A possibilidade da decisão de saneamento e organização do processo conter uma decisão parcial	383
11.5.	As diferentes maneiras da construção da decisão de saneamento e organização do processo	384

11.5.1.	A decisão de saneamento e organização do processo de maneira unilateral pelo juízo	384
11.5.2.	A organização do processo definida pelas partes via negócio jurídico-processual	385
11.5.3.	O saneamento compartilhado entre o juízo e as partes em audiência	387
11.6.	A possibilidade de revisão da decisão de saneamento e organização: art. 357, § 1º do CPC.....	389
11.6.1.	A estabilização da decisão de saneamento e organização do processo	394
11.6.2.	A vinculação do juízo a conteúdo saneado e organizado e seus limites	397
11.7.	Saneamento e organização do processo: importante e necessário diálogo com as partes.....	397
11.8.	A pouca utilização da decisão de saneamento e organização do processo no cotidiano forense: causa, efeito e proposta de definição de procedimento da decisão de saneamento e organização do processo	398
12	A ESTABILIZAÇÃO DO OBJETO DO PROCESSO	
	PÓS-FASE ORDINATÓRIA.....	401
12.1.	O conceito de objeto do processo	401
12.1.1.	O objeto litigioso do processo	403
12.1.2.	A diferença entre objeto do processo e objeto litigioso do processo	404
12.1.3.	Objeto litigioso do processo simples e complexo	406
12.2.	As definições do objeto litigioso do processo.....	408
12.2.1.	O pedido da petição inicial como o início da definição do objeto do processo	408
12.2.2.	A possibilidade de o autor ampliar ou reduzir o objeto do processo em momento posterior à petição inicial.....	408
12.2.3.	A possibilidade de aumento do objeto litigioso do processo pelo réu: reconvenção ou pedido contraposto.....	410
12.2.4.	A possibilidade de redução ou divisão do objeto litigioso do processo pela decisão parcial.....	412
12.2.5.	A decisão de saneamento e organização do processo como momento limite para as ampliações ou reduções do objeto litigioso do processo e a sua estabilidade depois da fase de saneamento	413
12.2.6.	A relação da sentença com o objeto litigioso do processo.....	414
13	TEORIA GERAL DA PROVA	417
13.1.	A prova no processo civil	417
13.1.1.	A palavra prova e a sua acepção.....	418
13.1.2.	A relação da prova com o fato	419

13.1.2.1.	A definição de fato para o processo	420
13.1.2.2.	Objeto da prova: fato da causa como <i>thema probandum</i>	423
13.1.2.3.	Características do fato como <i>thema probandum</i> : relevância, controvérsia e determinação	424
13.1.2.4.	A relação do fato com a produção de provas.....	426
13.1.2.5.	As diferentes espécies de fatos	429
13.1.2.5.1.	Fatos positivos ou negativos	430
13.1.2.5.2.	Fatos jurídicos	430
13.1.2.5.3.	Fato da existência de norma jurídica.....	431
13.1.2.5.4.	Fatos principais e simples	431
13.1.2.5.5.	Prova de fato ocorrido no estrangeiro...	431
13.1.2.5.6.	Os fatos que não dependem de prova ...	432
13.1.2.5.6.1.	Fatos notórios.....	432
13.1.2.5.6.2.	Fato incontroverso.....	433
13.1.2.5.6.3.	Fato presumido	434
13.1.2.5.6.3.1.	Fato absolutamente presumido	435
13.1.2.5.6.3.2.	Fato relativamente presumido.....	436
13.1.2.6.	A possibilidade de diversos fatos como <i>thema probandum</i> : a complexidade das questões de fato.....	437
13.2.	A prova, o direito à prova e a sua produção	438
13.2.1.	O fato, a prova e a busca pela verdade.....	438
13.2.2.	A finalidade da prova.....	441
13.2.3.	A destinação da prova	443
13.2.4.	Meios, fontes e conteúdo da prova.....	445
13.2.5.	A prova como direito fundamental das partes.....	446
13.2.6.	A produção da prova pelas partes e a especificação das provas	448
13.2.6.1.	A análise do juízo sobre a especificação de provas: do deferimento e indeferimento das provas.....	449
13.2.6.2.	O indeferimento da produção de provas e a impos- sibilidade de decidir com base em falta de provas....	451
13.2.7.	A possibilidade de produção de prova pelo juízo	451
13.2.7.1.	Aspectos gerais dos poderes instrutórios do juízo....	452
13.2.7.2.	A discussão dos poderes instrutório entre os modelos adversarial e inquisitorial	452
13.2.7.3.	A proposição de um modelo cooperativo.....	454
13.2.7.4.	A visão garantista do processo: o processo das partes para as partes.....	455
13.2.7.5.	O poder instrutório do juízo.....	455
13.2.7.6.	A interpretação do poder instrutório do juízo diante dos critérios de limitação e autocontenção.....	458
13.2.7.7.	A relevância sobre quem pleiteou a produção da prova.....	462

13.3.	Procedimento probatório	462
13.4.	A análise da prova pelo juízo e a sua valoração.....	464
13.4.1.	O descarte do sistema de tarifação das provas e sistema de convicção íntima do juízo	464
13.4.2.	Do livre convencimento motivado (persuasão racional) ao convencimento motivado.....	465
13.4.3.	O modo de realização do convencimento motivado.....	469
13.4.4.	O convencimento motivado e a complexidade de questões de fato.....	471
13.5.	A regra de experiência para a análise da prova	471
13.5.1.	Funções das regras de experiência.....	472
13.5.2.	Espécies de regras da experiência	473
13.5.3.	Controle das regras de experiência: contraditório e fundamen- tação	474
13.5.4.	As críticas às regras de experiência.....	475
13.5.5.	As regras de experiência e o fato notório.....	477
13.5.6.	As regras de experiência e o indício	478
13.5.7.	As regras de experiência e a presunção judicial.....	479
13.5.8.	A relação entre regras de experiência, indício e presunção ju- dicial.....	480
13.5.8.1.	A presunção judicial via prova <i>prima facie</i> e a prova por amostragem.....	480
13.6.	O sistema de carga probatória: o ônus de provar.....	481
13.6.1.	Análises gerais sobre ônus da prova	483
13.6.1.1.	Os aspectos do ônus da prova: subjetivo e objetivo..	484
13.6.1.2.	As implicações do aspecto objetivo do ônus da prova.....	485
13.6.1.2.1.	Ônus como regra de julgamento.....	485
13.6.1.2.2.	Ônus como aplicação subsidiária	487
13.6.2.	A distribuição do ônus da prova e as suas espécies	488
13.6.2.1.	Distribuição estática do ônus da prova	488
13.6.2.2.	A distribuição dinâmica do ônus da prova.....	489
13.6.2.2.1.	A inversão do ônus da prova por previsão legal: <i>ope legis</i>	490
13.6.2.2.2.	Inversão convencional do ônus da prova	491
13.6.2.2.3.	A distribuição dinâmica do ônus da prova pelo juízo	493
13.6.2.2.4.	Pressupostos para a redistribuição do ônus da prova.....	496
13.6.2.2.4.1.	Pressupostos formais da redistribuição do ônus da prova	496

13.6.2.2.4.2.	Os pressupostos materiais da redistribuição do ônus da prova.....	498
13.6.2.3.	A pluralidade de alegações de fato e a necessidade de redistribuição específica sobre o ônus de cada alegação.....	499
13.6.2.4.	A diferença entre a regra que autoriza a redistribuição do ônus da prova e a regra que redistribui o ônus da prova.....	500
13.6.2.5.	O ônus da prova de fato negativo	500
13.6.3.	A redistribuição do ônus da prova e a vinculação desta para o juízo na sentença	503
13.7.	Diretrizes do direito probatório	503
13.7.1.	Natureza jurídica das normas sobre prova	504
13.7.2.	As espécies de provas e a atipicidade das provas	505
13.7.3.	A necessidade da licitude da prova ou a proibição de prova ilícita	506
13.7.3.1.	Prova moralmente ilegítima.....	507
13.7.3.2.	Análise sobre a ilicitude da prova	508
13.7.3.3.	A nulidade da decisão baseada em prova ilícita ou moralmente ilegítima.....	508
13.7.4.	Prova emprestada.....	509
13.7.5.	Preclusão para o juízo em matéria de prova.....	512
13.7.6.	A cadeia de custódia da prova no processo civil	515
14	PROVAS EM ESPÉCIE.....	517
14.1.	As espécies de provas ou meios de prova.....	517
14.2.	A produção antecipada de prova.....	517
14.2.1.	A natureza jurídica da ação de produção antecipada de prova	518
14.2.2.	A produção antecipada de prova como a junção das ações probatórias	524
14.2.3.	Os fundamentos da ação probatória: as possibilidades da ação de produção antecipada de provas.....	525
14.2.4.	O procedimento da produção antecipada da prova	528
14.2.4.1.	A petição inicial da produção antecipada da prova..	529
14.2.4.2.	A análise de admissibilidade da produção antecipada de prova pelo juízo, a citação dos interessados e as suas possíveis manifestações/defesas.....	530
14.2.4.3.	A decisão sobre a produção da prova e os recursos cabíveis.....	535
14.2.4.4.	A produção antecipada da prova procedente e a sua realização	536
14.2.4.5.	A sentença de homologação da prova produzida e a extinção do processo.....	537

14.2.5. As espécies de prova a serem produzidas na produção antecipada da prova.....	539
14.2.6. A competência para a produção antecipada da prova e a não fixação da prevenção do juízo	543
14.2.7. O direito de utilização da prova para qualquer das partes	544
14.2.8. Tutela provisória na produção antecipada da prova.....	545
14.2.9. A possibilidade de inclusão de terceiros na produção antecipada da prova	546
14.2.10. Autonomia entre a produção antecipada da prova e a ação de direito material do <i>fato probando</i>	547
14.2.11. A inviabilidade da produção antecipada de prova de maneira incidental.....	548
14.3. Depoimento pessoal.....	548
14.3.1. Conceito	548
14.3.2. A iniciativa do depoimento pessoal: entre requerimento do depoimento pessoal e a determinação de interrogatório pelo juízo.....	549
14.3.3. Os atores do depoimento pessoal	551
14.3.3.1. O presentante e o representante da parte.....	551
14.3.4. A recusa do depoente	552
14.3.5. O procedimento do depoimento pessoal.....	557
14.3.6. A valoração do depoimento pessoal.....	558
14.4. Confissão	559
14.4.1. Conceito	559
14.4.2. Os elementos da confissão	560
14.4.3. Natureza jurídica da confissão	561
14.4.4. Espécies de confissão	561
14.4.5. Distinções necessárias da confissão com outros institutos.....	564
14.4.5.1. Confissão e reconhecimento do pedido.....	564
14.4.5.2. Confissão e admissão.....	565
14.4.6. Os requisitos para a confissão	566
14.4.7. A eficácia da confissão.....	567
14.4.8. Os limites da eficácia da confissão para o confitente.....	568
14.4.8.1. A confissão por representante e sua eficácia.....	569
14.4.8.2. A irrevogabilidade da confissão e a possibilidade de invalidação da confissão	570
14.4.8.3. A invalidação por erro ou coação	570
14.4.8.4. A confissão como um ato uno e indivisível	572
14.5. Prova testemunhal.....	573
14.5.1. Conceito	573
14.5.2. Espécies de prova testemunhal.....	574
14.5.3. A admissibilidade da prova testemunhal.....	575

14.5.4. Da capacidade da testemunha e as incapacidades, impedimentos e suspeições.....	576
14.5.5. O requerimento da produção de prova testemunhal e a decisão de deferimento/indeferimento	580
14.5.5.1. A juntada do rol de testemunhas	581
14.5.5.2. A intimação das testemunhas indicadas no rol.....	583
14.5.5.3. A possibilidade de substituição da testemunha.....	586
14.5.6. O local da produção da prova testemunhal.....	586
14.5.7. O momento processual da produção da prova testemunhal.....	588
14.5.8. O procedimento da produção de prova testemunhal.....	589
14.5.8.1. Ordem de inquirição.....	589
14.5.8.2. Qualificação	589
14.5.8.3. Contradita e decisão sobre a contradita	589
14.5.8.4. Compromisso do art. 458 do CPC.....	590
14.5.8.5. Escusa de depor	590
14.5.8.6. Método de inquirição	591
14.5.8.7. A documentação da produção da prova testemunhal	592
14.5.8.8. O direito da testemunha: certidão de comparecimento e reembolso de despesas	593
14.5.8.9. A possibilidade de acareação entre testemunhas e a oitiva de uma nova testemunha.....	594
14.5.9. O valor da prova testemunhal	594
14.6. Prova documental	595
14.6.1. Conceito	595
14.6.2. A importância e a utilização da prova documental.....	596
14.6.3. Classificação do documento: físico e eletrónico	597
14.6.4. Elementos do documento	598
14.6.4.1. O documento e a prova documental	599
14.6.4.2. Distinção da prova documental dos outros meios de prova.....	600
14.6.4.3. A prova documental e a prova documentada.....	601
14.6.4.4. A diferença necessária entre documento e instrumento.....	603
14.6.5. A autoria do documento	603
14.6.5.1. Autoria material e autoria intelectual	604
14.6.5.2. A autoria: entre autógrafo e heterógrafo	605
14.6.5.3. A diferenciação do documento pelo seu autor: documentos públicos e particulares	606
14.6.5.4. A importância da subscrição e identificação da autoria	606
14.6.5.5. Autenticidade	607
14.6.6. Conteúdo.....	608

14.6.6.1. O suporte do documento	609
14.6.7. O documento e as suas datas.....	610
14.6.8. A força probante dos documentos.....	611
14.6.8.1. Força probante dos documentos públicos	612
14.6.8.1.1. Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público.....	612
14.6.8.1.2. A escritura pública e a sua força probante	613
14.6.8.1.3. O documento público como instrumento público como forma solene do ato jurídico: art. 406 do CPC	614
14.6.8.1.4. A irregularidade do documento público	615
14.6.8.2. Força probante dos documentos particulares	616
14.6.8.2.1. A força probante dos documentos particulares dispositivos.....	617
14.6.8.2.2. A força probante dos documentos particulares testemunhais	618
14.6.8.2.3. A força probante do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados	618
14.6.8.2.4. A força probante das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação.....	619
14.6.8.2.5. A força probante dos livros empresariais e da escrituração contábil.....	620
14.6.8.2.6. A indivisibilidade do documento particular e da escrituração contábil.....	620
14.6.8.2.7. Os documentos: entre originais, cópias, certidões e traslados.....	621
14.6.9. Os vícios possíveis no documento: entre irregularidade e falsidade.....	622
14.6.10. A formação da produção da prova documental	624
14.6.10.1. Os momentos possíveis de juntada da prova documental pelas partes.....	625
14.6.10.2. Juntada de documento em momento posterior à fase postulatória	626
14.6.10.3. Os momentos de manifestação da parte adversa sobre a prova documental produzida.....	628
14.6.10.4. As possibilidades impugnativas da parte contrária sobre a prova documental produzida	629

14.6.10.5. A decisão sobre a produção de prova documental ...	630
14.6.11. Arguição de falsidade: art. 430 e seguintes do CPC	630
14.6.12. Documento eletrônico e a sua regulamentação	633
14.6.12.1. A necessidade de sua certificação: autenticidade do documento eletrônico.....	634
14.6.12.2. A segurança e integridade do documento eletrônico.	635
14.6.12.3. Documento eletrônico não certificado.....	636
14.6.13. O processo eletrônico ou processo em autos eletrônicos	637
14.6.14. O documento eletrônico no processo em autos de papel.....	638
14.7. Ata notarial.....	638
14.7.1. Conceito	638
14.7.2. A legitimidade da ata notarial	639
14.7.3. Os fatos que podem ser documentados via ata notarial	639
14.7.4. Natureza jurídica da ata notarial.....	640
14.7.5. A utilização da ata notarial no processo	641
14.7.6. A diferença da ata notarial da escritura pública	642
14.8. Exibição de documento ou coisa.....	643
14.8.1. Conceito	643
14.8.2. Meio de prova ou meio de obtenção de prova?.....	644
14.8.3. Legitimidade para a exibição: ativa de quem requerer e passiva de quem for requisitado	645
14.8.4. Os requisitos para o requerimento de exibição de documento ou coisa.....	646
14.8.5. O requerimento da exibição de documento ou coisa e os momentos processuais adequados.....	648
14.8.6. As espécies de exibição de documento ou coisa	649
14.8.6.1. A requisição de documento como forma de exibição de documento	650
14.8.6.2. A exibição de documento ou coisa em face da parte adversa: um incidente processual.....	651
14.8.6.2.1. Procedimento da exibição de documento ou coisa em face da parte adversa.....	652
14.8.6.2.2. O requerimento de exibição formulado em face de terceiro: um processo incidente	655
14.8.6.2.2.1. Procedimento da exibição de documento em face de terceiro como processo incidente em um processo existente	656
14.8.6.2.3. Exibição de documento ou coisa como um rito de procedimento especial em ação autônoma.....	659

14.8.6.2.3.1.	A equivocada decisão do STJ no REsp 1774987 e a tentativa inadequada de junção da exibição de documento ou coisa com a produção antecipada da prova.....	663
14.8.6.2.3.2.	A decisão do STJ no REsp 1803521 e a construção de uma exibição de documentos ou coisa autônoma pelo rito do art. 396 do CPC.....	667
14.9.	Prova pericial	671
14.9.1.	Conceito	671
14.9.2.	A perícia como meio de prova e as fontes da prova pericial	673
14.9.3.	O perito	676
14.9.3.1.	Requisitos para escolha e a nomeação do perito.....	677
14.9.3.2.	Escolha consensual do perito.....	679
14.9.3.3.	Os deveres do perito	680
14.9.3.4.	O direito do perito de escusa da nomeação à perícia	684
14.9.3.5.	Substituição do perito.....	684
14.9.3.6.	A perícia complexa e a necessidade de nomeação de mais de um perito.....	685
14.9.3.7.	Da substituição do perito pelo perito-testemunha ...	686
14.9.3.8.	O assistente técnico	688
14.9.4.	Do pedido da produção da prova pericial e os momentos de sua formulação e da decisão de deferimento ou indeferimento	689
14.9.4.1.	A decisão sobre deferimento ou indeferimento da perícia	690
14.9.5.	O procedimento de produção da prova pericial	692
14.9.6.	A avaliação da perícia pelo juízo.....	698
14.9.6.1.	A possibilidade de segunda perícia.....	701
14.9.7.	As despesas da perícia e sua produção.....	703
14.10.	Inspeção judicial.....	705
14.10.1.	Conceito	705
14.10.2.	Os fundamentos da inspeção judicial.....	706
14.10.3.	O requerimento da inspeção judicial e a análise judicante ou a possibilidade de inspeção oficiosa	707
14.10.4.	O procedimento da inspeção judicial.....	708
14.10.4.1.	O objeto da inspeção judicial.....	709
14.10.4.2.	A inspeção de coisa	710
14.10.4.2.1.	A inspeção de coisa como local.....	710
14.10.4.2.2.	A inspeção de coisa como objeto.....	710
14.10.4.2.3.	A inspeção de pessoa.....	710

14.10.4.2.3.1. A inspeção da parte.....	710
14.10.4.2.3.2. A inspeção de terceiro.....	711
14.10.5. A inspeção direta e indireta.....	711
14.10.6. A possibilidade de ser prova principal ou única para o fato controvertido	712
14.10.7. Local da inspeção judicial.....	712
14.10.8. A documentação constante nos autos da inspeção judicial: termo circunstanciado	712
14.10.9. As partes e sua influência na inspeção: durante a inspeção e posterior à inspeção	713
15 A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	715
15.1. Conceito	715
15.1.1. A audiência de instrução e julgamento e as demais audiências	716
15.1.2. A inserção equivocada dos dispositivos da audiência no CPC em momento anterior a fase probatória.....	716
15.1.3. A produção das provas e a necessidade (ou não) da audiência de instrução e julgamento.....	717
15.1.4. O juiz como condutor da audiência e o seu poder de polícia...	718
15.2. O procedimento da audiência de instrução e julgamento	718
15.2.1. Designação.....	718
15.2.2. Local da audiência	719
15.2.3. Possibilidade de adiamento ou adiantamento.....	720
15.2.4. Pregão	720
15.2.4.1. A ausência das partes, dos advogados ou do membro do Ministério Público	721
15.2.5. Abertura da audiência e tentativa de conciliação	721
15.2.6. Das provas orais	722
15.2.6.1. Ordem de produção das provas orais	723
15.2.7. Encerramento da produção probatória e os desdobramentos processuais dentro da audiência de instrução e julgamento: razões finais pelas partes e a possibilidade de prolação de sen- tença.....	725
15.2.8. Registro da audiência, assinatura e a intimação de todos os participantes do processo.....	726
15.2.9. A possibilidade da sentença a ser prolatada ser sem resolução do mérito.....	727
15.2.10. A substituição das razões finais orais pela apresentação das razões finais escritas.....	728
15.2.11. A unicidade da audiência a possibilidade de cisão.....	728
15.2.12. Conversão da audiência em diligência em casos excepcionais.	729
15.3. A audiência e os negócios jurídico-processuais	729

16	TEORIA DA COGNIÇÃO JUDICIAL.....	731
16.1.	A cognição dentro do processo	731
16.1.1.	A cognição num aspecto geral	732
16.1.2.	Conceito de cognição judicial	734
16.1.3.	Espécies das cognições	739
16.1.3.1.	Horizontal e vertical.....	740
16.1.4.	A divisão da cognição em resolução de questões: resolução <i>incidenter tantum</i> e resolução <i>principaliter tantum</i>	744
16.2.	A tipologia das questões e a relação com a cognição judicial	747
16.2.1.	Questões de fato e questões de direito.....	748
16.2.2.	Questões prévias: preliminares e prejudiciais	754
16.2.3.	Questões de mérito	757
16.2.4.	Questão principal como o objeto final da cognição	760
17	A DECISÃO JUDICIAL	763
17.1.	Pronunciamentos judiciais.....	763
17.1.1.	Do pronunciamento judicial sem cunho decisório	764
17.1.2.	Do pronunciamento judicial com cunho decisório.....	765
17.1.2.1	Os pronunciamentos judiciais em primeiro grau	766
17.1.2.1.1.	Sentença	766
17.1.2.1.2.	Decisão interlocutória	767
17.1.2.2.	Os pronunciamentos judiciais em Tribunais.....	768
17.1.2.2.1.	Decisão monocrática	769
17.1.2.2.2.	Acórdão	770
17.1.2.2.3.	As diferentes espécies de decisões	771
17.2.	Elementos da sentença ou da decisão	773
17.2.1.	Relatório	774
17.2.2.	Fundamentação	775
17.2.2.1.	A regra da motivação: base constitucional da motivação.....	776
17.2.2.2.	As funções extraprocessual e endoprocessual da fundamentação	777
17.2.2.3.	Os fundamentos da decisão	778
17.2.2.4.	A relação com os pressupostos e requisitos processuais: a fundamentação da admissibilidade.....	779
17.2.2.5.	A relação com a causa de pedir e o pedido: a fundamentação do mérito	780
17.2.2.5.1.	A fundamentação sobre a cognição fática	780
17.2.2.5.2.	A fundamentação sobre a cognição jurídica	782

17.2.2.5.3.	A fundamentação e a ponderação quando houver colisão de normas.....	784
17.2.2.5.4.	A regulação legal de exemplos de não-fundamentação pelo art. 489, § 1º do CPC ..	785
17.2.2.5.4.1.	A não fundamentação da decisão que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida	786
17.2.2.5.4.2.	A não fundamentação da decisão que empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso	788
17.2.2.5.4.3.	A não fundamentação da decisão que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão	788
17.2.2.5.4.4.	A não fundamentação da decisão que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador	790
17.2.2.5.4.5.	A não fundamentação da decisão que se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.....	792
17.2.2.5.4.6.	A não fundamentação da decisão que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento	793
17.2.2.5.4.7.	O rol meramente exemplificativo e a possibilidade de outras	796
17.2.2.5.5.	A invalidação da sentença/decisão não fundamentada ou com fundamentação deficiente	797
17.2.3.	Dispositivo	798
17.3.	A construção de uma sentença: uma ordem cronológica de resolução de questões	800
17.3.1.	A decisão/sentença como resposta à jurisdição	801
17.3.2.	A norma oriunda da sentença para o caso em concreto e a norma abstrata	801

17.3.3. A resposta à jurisdição meramente processual: a sentença sem resolução do mérito	803
17.3.3.1. A necessidade de contraditório e primazia ao julgamento de mérito em momento anterior à extinção..	805
17.3.3.2. A relação da sentença sem mérito com as alegações de preliminares de contestação e art. 337 do CPC: entre vícios dilatórios e vícios peremptórios	808
17.3.3.3. As hipóteses de sentença sem resolução do mérito: art. 485 do CPC	810
17.3.3.3.1. O indeferimento da petição inicial.....	811
17.3.3.3.2. A ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....	812
17.3.3.3.3. A falta de interesse e legitimidade parcial	814
17.3.3.3.4. A perempção, a coisa julgada e litispendência.....	817
17.3.3.3.5. O reconhecimento de convenção de arbitragem ou o reconhecimento pelo árbitro da sua competência.....	819
17.3.3.3.6. Homologar a desistência da ação.....	822
17.3.3.3.7. Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal	823
17.3.3.4. As matérias cognoscíveis de ofício do art. 485 do CPC	823
17.3.3.5. A retratabilidade em eventual apelação impugnativa de sentença sem mérito	825
17.3.3.6. A possibilidade de nova proposição da mesma ação julgada sem mérito: art. 486 do CPC.....	825
17.3.3.7. A situação processual bifurcada entre terminação e resolução: a prioridade ao mérito pelo art. 488 do CPC..	829
17.3.4. A resposta à jurisdição substancial: a sentença com resolução do mérito.....	829
17.3.4.1. As diferentes visões de mérito	830
17.3.4.2. O conceito de mérito	836
17.3.4.3. A relação entre a sentença com resolução de mérito e a resposta ao pedido.....	838
17.3.4.4. O pedido como limitador da resolução do mérito ...	839
17.3.4.5. O princípio da adstrição, congruência ou correlação.	839
17.3.4.5.1. As espécies de congruência da sentença.	840
17.3.4.5.1.1. A congruência externa: os limites impostos pelos arts. 141 e 492 do CPC ..	840
17.3.4.5.1.2. A divisão entre congruência externa objetiva e subjetiva	843

17.3.4.5.1.2.1.	A congruência externa objetiva	843
17.3.4.5.1.2.1.1.	As consequências da incongruência externa objetiva.....	843
17.3.4.5.1.2.1.1.1.	A decisão <i>ultra petita</i>	844
17.3.4.5.1.2.1.1.2.	A decisão <i>extra petita</i>	845
17.3.4.5.1.2.1.1.3.	A decisão <i>citra petita</i>	846
17.3.4.5.1.2.2.	A congruência externa subjetiva: a impossibilidade de alcançar terceiros.....	847
17.3.4.5.1.3.	A congruência interna	849
17.3.4.5.1.3.1.	A certeza da decisão	849
17.3.4.5.1.3.2.	A determinação e a liquidez da sentença.....	851
17.3.4.5.1.3.3.	A coerência da decisão.....	852
17.3.4.6.	As outras resoluções de mérito: art. 487, II e III do CPC	853
17.3.4.7.	A complexidade objetiva do processo e a complexidade objetiva da sentença.....	855
17.3.4.7.1.	A teoria dos capítulos de sentença.....	857
17.3.4.7.2.	A complexidade objetiva do processo: entre capítulo processual e capítulo de mérito	861
17.3.4.7.3.	A decisão de admissibilidade e a decisão do mérito.....	862
17.3.4.7.4.	A complexidade objetiva litigiosa do processo: a pluralidade de capítulos de mérito	864
17.3.4.7.5.	A decisão sobre o pedido implícito e custo do processo	865
17.3.4.7.6.	Autonomia e independência entre capítulos de sentença	866
17.3.4.7.7.	A complexidade objetiva do processo e a possibilidade de decisão parcial	870
17.3.4.7.7.1.	Resposta total ou parcial à jurisdição: sentença como decisão total e a existência de decisão parcial	871
17.4.	Interpretação da decisão judicial.....	873
17.5.	Outras classificações de sentenças ou decisões	874
17.5.1.	A relação com o mérito: a sentença terminativa e a sentença definitiva.....	874
17.5.2.	A relação com a cognição em profundidade: a decisão definitiva e a decisão provisória.....	876

17.6.	O fato superveniente à decisão e seu impacto no processo.....	878
17.7.	Conteúdo e eficácia da sentença.....	881
17.7.1.	Espécies de sentença quanto ao conteúdo	882
17.7.1.1.	Sentença meramente declaratória	882
17.7.1.2.	Sentença constitutiva	883
17.7.1.3.	Sentença condenatória.....	884
17.7.1.4.	A teoria ternária e a teoria quinária.....	885
17.7.2.	Eficácias da sentença.....	887
17.7.2.1.	Eficácia principal da sentença.....	887
17.7.2.2.	Eficácia reflexa da sentença.....	888
17.7.2.3.	Eficácia anexa da sentença	889
17.7.2.3.1.	Eficácia probatória da sentença.....	890
17.7.2.3.2.	Hipoteca judiciária.....	890
17.8.	Os comandos dispositivos nas sentenças condenatórias em ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	892
17.8.1.	A concessão da tutela específica ou determinação de providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente	893
17.8.1.1.	A satisfação específica espontânea	895
17.8.1.2.	A determinação na sentença de meios coercitivos e indutivos para o cumprimento da obrigação	896
17.8.1.3.	A multa astreinte concedida no comando da sentença	896
17.8.1.4.	O resultado equivalente nas obrigações de fazer ou não fazer	898
17.8.1.5.	A liberdade do juízo em determinar as medidas e quais medidas na sentença procedente de obrigação de fazer e não fazer.....	899
17.8.1.6.	A determinação de tempo específico para o cumprimento da tutela específica pelo réu vencido	899
17.8.1.7.	A conversão da tutela específica em perdas e danos.	900
17.8.1.8.	A indenização por perdas e danos sem prejuízo da multa astreinte	901
17.8.1.9.	A tutela específica contra o ato ilícito.....	902
17.8.1.9.1.	A tutela contra o dano e a tutela contra o ato ilícito: o olhar para o futuro	903
17.8.1.9.2.	Os desdobramentos da tutela contra ato ilícito: obrigações positivas ou negativas.....	904
17.9.	Publicação, retratação e integração da decisão	904
18	COISA JULGADA	909
18.1.	O conceito de coisa julgada.....	909

18.1.1.	A construção do conceito de coisa julgada: os três elementos identificadores	913
18.1.2.	Pressupostos de formação da coisa julgada	914
18.1.3.	A coisa julgada como indiscutibilidade e imutabilidade da decisão judicial	916
18.1.4.	Os efeitos negativos e positivos da coisa julgada	917
18.1.5.	Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada <i>pro et contra</i> , <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i> ...	918
18.2.	As espécies de coisa julgada	920
18.2.1.	Coisa julgada formal.....	920
18.2.2.	Coisa julgada material: a real <i>res judicata</i>	927
18.3.	Os limites para a definição da coisa julgada e seus efeitos.....	928
18.3.1.	Limites objetivos da coisa julgada.....	928
18.3.1.1.	A regra da coisa julgada: o caput do art. 503 do CPC	929
18.3.1.1.1.	O termo “expressamente decidida”	929
18.3.1.1.2.	Força de lei	930
18.3.1.1.3.	A questão principal decidida.....	930
18.3.1.1.4.	A decisão de mérito	932
18.3.1.1.4.1.	A palavra mérito	932
18.3.1.1.4.2.	Breve revisão do conceito de mérito ..	933
18.3.1.1.5.	Os limites da regra da coisa julgada	935
18.3.1.2.	O regramento especial da coisa julgada: a formação da coisa julgada prejudicial pelo art. 503, § 1º do CPC.	935
18.3.1.2.1.	Os requisitos para a formação da coisa julgada prejudicial.....	937
18.3.1.2.2.	A desnecessidade de pedido de formação de coisa julgada prejudicial	941
18.3.1.2.3.	A desnecessidade de declaração do juízo da resolução da questão prejudicial no dispositivo decisório	942
18.3.1.2.4.	A possível declaração do juízo sobre a resolução da questão prejudicial no dispositivo decisório	943
18.3.1.2.5.	A delimitação e alcance material da coisa julgada prejudicial realizada somente em ação posterior por um juízo posterior...	946
18.3.1.2.6.	A manutenção da possibilidade da ação declaratória incidental.....	948
18.3.1.3.	A coisa julgada sobre parcela da jurisdição	948
18.3.1.3.1.	A coisa julgada progressiva ou parcial ..	949

18.3.1.3.2.	A coisa julgada da decisão parcial	952
18.3.2.	Limites subjetivos da coisa julgada.....	954
18.3.2.1.	A coisa julgada na obrigação solidária: art. 274 do Código Civil.....	956
18.3.3.	Limites temporais.....	957
18.3.3.1.	A ação de trato continuado.....	959
18.3.3.1.1.	O posicionamento do STF quanto a existência de precedente vinculante	961
18.3.3.2.	Os meios de controle da coisa julgada via outra ação prevista em lei: art. 505, II do CPC.....	963
18.3.3.2.1.	A ação rescisória	964
18.3.3.2.1.1.	A coisa julgada da decisão parcial e a ação rescisória.....	966
18.3.3.2.1.2.	A coisa julgada parcial e progressiva e a ação rescisória.....	967
18.3.3.2.1.3.	A ação rescisória e a coisa julgada meramente formal.....	969
18.3.3.2.2.	<i>Querela nullitatis</i>	970
18.3.3.2.3.	Impugnação ao cumprimento de sentença por falta de citação (arts. 525, § 1.º, I, 535, I, ambos do CPC) ou revisão de sentença inconstitucional (arts. 525, § 12, 535, § 5.º, ambos do CPC).....	973
18.3.3.2.4.	Impugnação com base na existência de erro material	977
18.4.	A relação da coisa julgada com a preclusão.....	978
18.4.1.	A relação da preclusão com a coisa julgada.....	979
18.4.2.	A preclusão e as de questões decididas	981
18.4.3.	Eficácia preclusiva da coisa julgada	983
18.5.	A impossibilidade de coisa julgada.....	986
18.5.1.	A relação entre a remessa necessária e a impossibilidade de formação de coisa julgada da decisão contra a Fazenda Pública antes do duplo grau obrigatório.....	990
19	TUTELA PROVISÓRIA.....	991
19.1.	Conceito e relação com a tutela definitiva	991
19.1.1.	A duração demorada do procedimento da tutela definitiva e a alteração do ônus do tempo no processo pela tutela provisória	993
19.2.	Os três grandes vértices da tutela provisória	994
19.2.1.	O primeiro vértice: a cognição sumária e o juízo de probabilidade.....	995

19.2.1.1.	O juízo de probabilidade e as consequências da cognição sumária: precariedade e inaptidão para formar coisa julgada.....	996
19.2.1.1.1.	Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo	997
19.2.1.1.2.	A inaptidão para a formação da coisa julgada	998
19.2.2.	O segundo vértice: as espécies de tutela provisória entre satisfativa/antecipada ou cautelar	999
19.2.2.1.	A tutela provisória satisfativa/antecipada	999
19.2.2.1.1.	Requisito específico da tutela antecipada: reversibilidade da tutela provisória satisfativa.....	1001
19.2.2.1.2.	Efeitos antecipados da tutela definitiva: a tutela satisfativa	1003
19.2.2.2.	A tutela provisória cautelar	1004
19.2.2.2.1.	As características da tutela provisória cautelar	1005
19.2.2.2.1.1.	Temporariedade.....	1005
19.2.2.2.1.2.	Referibilidade.....	1006
19.2.2.2.1.3.	Acessoriedade	1007
19.2.2.2.2.	A inexistência de tutela definitiva cautelar: o esvaimento da tutela provisória cautelar	1008
19.2.2.2.3.	A ausência de coisa julgada cautelar.....	1010
19.2.2.2.4.	O equívoco do termo provisório para a tutela cautelar.....	1012
19.2.2.3.	A fungibilidade entre as tutelas de urgência: cautelar e antecipada.....	1013
19.2.3.	O terceiro vértice: os fundamentos para a concessão entre urgência ou evidência.....	1016
19.2.3.1.	A existência de probabilidade do direito em qualquer tutela provisória.....	1016
19.2.3.2.	Urgência.....	1017
19.2.3.3.	Evidência	1018
19.3.	Os aspectos processuais da tutela provisória	1019
19.3.1.	Legitimidade	1019
19.3.2.	Competência para a tutela provisória.....	1020
19.3.3.	O cabimento da tutela provisória e suas relações com os procedimentos	1020
19.3.4.	O momento de requerimento da tutela provisória.....	1021
19.3.4.1.	O requerimento incidental.....	1021

19.3.4.1.1.	A tutela provisória requerida na petição inicial	1021
19.3.4.1.2.	A tutela provisória requerida após a petição inicial.....	1022
19.3.4.2.	O requerimento antecedente	1023
19.3.5.	Momentos para a análise da tutela provisória e possível concessão.	1024
19.3.6.	Manifestação do requerido	1029
19.3.7.	Decisão sobre a tutela provisória e sua fundamentação	1030
19.3.8.	Recurso sobre a tutela provisória	1032
19.3.9.	Responsabilidade civil da tutela provisória	1033
19.3.10.	Forma de efetivação	1036
19.3.11.	A proibição da concessão de tutela provisória de ofício	1037
19.3.12.	Custas processuais e tutela provisória	1037
19.4.	O regime da tutela provisória de urgência do art. 300 do CPC	1039
19.5.	Os ritos específicos de tutela provisórias de urgência em caráter antecedente	1040
19.5.1.	A tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente.....	1040
19.5.1.1.	A petição pré-inicial e seus requisitos	1041
19.5.1.2.	A postura do juízo perante o requerimento antecedente antecipado.....	1042
19.5.1.3.	O desencadeamento lógico procedimental da tutela provisória antecipada antecedente concedida	1043
19.5.1.4.	A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente.....	1046
19.5.1.4.1.	Conceito de estabilização	1046
19.5.1.4.2.	Requisitos para a estabilização	1050
19.5.1.4.3.	Os níveis de estabilização de acordo com o tempo: entre provisória e definitiva....	1051
19.5.1.4.3.1.	A estabilização provisória: entre a extinção e os 2 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão.....	1052
19.5.1.4.3.1.1.	A eficácia enquanto houver inércia das partes.....	1053
19.5.1.4.3.1.2.	A possibilidade de reexame pelo juízo quando houver nova ação – art. 304, § 2º do CPC	1054
19.5.1.4.3.1.3.	A impossibilidade de revisão em caráter liminar ou em tutela provisória na nova ação proposta pelo réu anterior	1055
19.5.1.4.3.1.4.	O prazo de 2 (dois) anos e a provisoriedade enquanto sua vigência	1056

19.5.1.4.3.2.	A estabilização definitiva: após 2 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão estabilizada	1057
19.5.1.4.3.2.1.	A estabilização definitiva e a possibilidade de demandar sobre o mérito	1058
19.5.1.4.3.2.2.	A impossibilidade de reversão da tutela estabilizada	1059
19.5.1.4.3.2.3.	A não formação da coisa julgada mesmo após o lapso de dois anos da estabilização	1060
19.5.1.5.	A existência de dois ritos diversos para o caráter antecedente da tutela provisória de urgência antecipada: um rito com estabilização e um rito sem estabilização	1062
19.5.1.5.1.	O problema dos prazos de extinção: aditamento do autor e agravo de instrumento do réu	1063
19.5.1.5.2.	A tutela provisória de urgência antecipada antecedente com requerimento pela estabilização	1066
19.5.1.5.3.	A antecipada antecedente requerida sem estabilização e somente antecipando a cognição definitiva	1069
19.5.1.6.	A possibilidade da estabilização por tutela concedida em jurisdição recursal	1072
19.5.1.7.	A possibilidade de realizar outros pedidos no aditamento da tutela antecipada antecedente	1073
19.5.1.8.	A petição completa em um processo objetivamente complexo e o requerimento de estabilização de um dos pedidos	1074
19.5.2.	A tutela provisória cautelar em caráter antecedente	1075
19.5.2.1.	A petição pré-inicial da tutela antecedente cautelar	1076
19.5.2.2.	A manifestação do juízo sobre a petição pré-inicial cautelar antecedente	1076
19.5.2.3.	A citação, as possíveis manifestações do réu e o procedimento da cautelar em caráter antecedente	1079
19.5.2.4.	O aditamento da petição pré-inicial e a completude da petição inicial	1081
19.5.2.5.	O indeferimento da tutela provisória cautelar antecedente e o aditamento	1081
19.5.2.6.	O deferimento da tutela provisória cautelar antecedente e o aditamento	1082
19.5.2.7.	O aditamento – em ambas as possibilidades – e a adaptabilidade com o procedimento comum	1084

19.5.3. A fungibilidade entre os ritos antecedentes cautelar e antecipado.	1086
19.5.4. A cumulação de tutelas provisórias diversas em ritos antecedentes: um procedimento antecedente híbrido entre cautelar e antecipado	1087
19.6. O regime da tutela provisória de evidência	1092
19.6.1. As hipóteses de tutela de evidência do art. 311 do CPC.....	1095
19.6.1.1. O abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório.....	1096
19.6.1.2. A utilização de precedentes judiciais vinculantes	1097
19.6.1.3. O pedido reipersecutório em contrato de depósito..	1101
19.6.1.4. A instrução da petição inicial com documentos sobre os fatos constitutivos do direito do autor e a não impugnação do réu	1102
19.6.2. Momento do requerimento: entre hipóteses liminares e não liminares.....	1104
19.6.3. A análise do juízo sobre a tutela provisória de evidência	1106
19.6.4. Tutela da evidência cautelar?	1107
19.7. A tutela provisória antecipada contra ato ilícito: um fundamento da tutela provisória de urgência.....	1108
19.7.1. A tutela específica contra o ato ilícito.....	1108
19.7.1.1. A tutela contra o dano e a tutela contra o ato ilícito: o olhar para o futuro	1109
19.7.2. A tutela provisória contra o ato ilícito: a visão de urgência existente.....	1110
19.7.2.1. Tutela provisória antecipada contra o ato ilícito e suas espécies	1111
19.7.2.2. O igual diálogo com a precariedade da tutela provisória contra o ato ilícito.....	1112
19.7.2.3. A irreversibilidade da tutela provisória antecipada contra o ato ilícito.....	1113
19.7.2.4. Os desdobramentos da tutela provisória contra ato ilícito: obrigações positivas ou negativas.....	1114
19.8. A tutela provisória contra a Fazenda Pública	1115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1121